

Todos juntos contra campanha mentirosa do governo e da mídia

Como discurso de derrotado, chorando sobre o leite derramado, o governo apelou dizendo que o PLC 28 vai ser vetado. A própria presidente Dilma, nos EUA, classificou como insustentável a nossa recomposição salarial diante da conjuntura de ajuste fiscal do País. A grande mídia, movida pelo dinheiro injetado pelo governo em propagandas, insiste em reproduzir o falso discurso governista de que o impacto do PLC 28 será de R\$ 28 bi e o reajuste de 78%.

Primeiramente, não buscamos reajuste salarial, embora o merecêssemos, mas a recomposição da inflação acumulada de 2006 a 2015, que é de

49,62% (cálculo do STF). A esta defasagem temos que somar os índices de 2016 e 2017, cuja inflação incidirá sobre as últimas parcelas do plano. O nosso projeto, segundo confirma nota técnica do STF, é orçado em R\$ 10,5 bi distribuídos em seis parcelas. Portanto, o governo e a mídia mentem. Cabe a nós, servidores, revertermos esse discurso.

Governo e mídia mentem também quando dizem que nós já ganhamos mais que carreiras semelhantes. Desde 2006 estamos sendo sucateados. Confira o quadro abaixo para ver essa inverdade:

NÍVEL SUPERIOR - PADRÃO INICIAL

CARGO	2006	2008	2010	2012	2015
Advogado da União	9.500,00	11.238,98	14.549,53	14.970,00	16.489,37
Delegado da Pol. Federal	10.862,14	11.614,10	13.368,68	13.368,68	15.370,64
Analista do Banco Central	7.082,40	7.082,40	12.413,65	12.960,77	14.289,24
Auditor da Receita Federal	10.155,32	10.155,32	13.067,00	13.600,00	14.965,44
Analista CVM / SUSEP	8.160,42	8.484,53	12.413,65	12.960,77	14.275,64
Auditor Federal (TCU)	7.676,50	7.676,50	13.239,55	13.239,55	16.660,28
Analista (Câmara Dep.)	5.405,16		11.914,08	11.914,08	25.105,39
Analista Judiciário (atual)	4.736,61	6.551,52	6.551,52	6.551,52	8.803,97

NÍVEL MÉDIO - PADRÃO INICIAL

CARGO	2006	2008	2010	2012	2015
Técnico Federal(TCU)	3.838,25	3.838,25	7.988,48	7.988,48	9.616,41
Técnico (Câmara Dep.)	3.513,35		5.063,88	5.063,88	12.286,61
Técnico Judiciário (atual)	2.855,13	3.993,09	3.993,09	3.993,09	5.365,92



Sanciona Dilma

A Assembleia-Geral do dia 1º de julho aprovou a continuidade da greve, compreendendo que a aprovação do PLC 28 foi uma grande vitória, mas que não garante a implantação do nosso plano. Por isso, os servidores optaram por continuar mobilizados até a sanção presidencial do PLC 28. No entender da categoria, recuar, neste momento, possibilitaria que o governo ocupasse os espaços, inclusive dentro do Congresso Nacional, conquistados pelos servidores. Nossa campanha agora é “Sanciona Dilma”.

A falácia dos 78%

A grande mídia tem insistido, de forma mentirosa, que nosso reajuste é de 78%, jogando assim parlamentares e cidadãos contra a luta dos servidores por reposição salarial. É preciso esclarecer que o valor de 78% incide apenas sobre o nível A1 de Auxiliar Judiciário, que já não existem, pois o Judiciário deixou de contratar auxiliares. Existem somente alguns auxiliares remanescentes nos últimos níveis da carreira.

Veja abaixo a porcentagem de reposição que incidirá, ao final do plano, por cargo e nível:

ANALISTA

58,05% A1
58,60% A2
59,15% A3
55,62% A4
56,15% A5
56,69% B6
57,24% B7
57,78% B8
54,28% B9
54,81% B10
55,35% C11
55,89% C12
56,42% C13

TÉCNICO

54,52% A1
55,35% A2
56,18% A3
53,00% A4
53,82% A5
54,64% B6
55,47% B7
56,30% B8
53,12% B9
53,94% B10
54,76% C11
55,59% C12
56,42% C13

AUXILIAR

~~78,56% A1~~
~~76,94% A2~~
~~75,33% A3~~
~~71,76% A4~~
~~70,20% A5~~
~~68,66% B6~~
~~67,12% B7~~
~~65,61% B8~~
~~62,24% B9~~
60,77% B10
59,30% C11
57,86% C12
56,42% C13

Poder Judiciário e MPU dão lucro para o Estado

Vários senadores destacaram, no dia 30 de junho, em suas falas, o que todos deveriam saber: o Poder Judiciário é superavitário e seu Orçamento não pode ser cortado de forma arbitrária pelo Executivo ou Legislativo.

Além da relevância da prestação jurisdicional, o Poder Judiciário apresenta ganhos financeiros para o Estado, pois contribui para a arrecadação mais do que gasta em sua estrutura, em execuções fiscais e extrajudiciais, execução de verbas previdenciárias e custas judiciais.

Segundo dados de 2014 (ano base 2013) a Justiça Federal arrecadou – por meio de execuções fiscais – 16 bilhões de reais. No mesmo período, a despesa

da Justiça Federal do primeiro e segundo graus foi de apenas R\$ 7,8 bi. Estima-se que a arrecadação realizada pela JF salte para R\$ 23 bi.

A arrecadação da Justiça do Trabalho em 2013 chegou a quase R\$ 3 bilhões, referentes aos recolhimentos com custas, emolumentos e eventuais taxas e, principalmente, de receitas geradas com a execução previdenciária e com arrecadação de imposto de renda. Tirando as despesas totais da JT, há um retorno financeiro da ordem de 22,3% aos cofres públicos.

Em relação ao MPU, com o combate à corrupção, calculem quanto dinheiro é devolvido ao Estado.